



No Porto a P. S. P. carregou sobre trabalhadores em greve que pretendiam contactar o ministro da Administração Interna. Razão invocada: insultos áquele membro do Governo e à dignidade da corporação: Balanço: vários feridos.

Importa, é forçoso e inadiável, averiguar a veracidade dos argumentos e incriminar judicial ou disciplinarmente os culpados. Exactamente porque nos empenhamos numa paz democrática, é-nos indispensável criar liberdade como sinónimo de responsabilidade e não nos parece que para isso baste a justificação do comunicado oficial ou o confronto público de versões que se contradizem e deixam em suspenso a realidade essencial.

A P. S. P. sabe de sobejo que a sua imagem de marca está ainda comprometida com o passado e essa circunstância faz pesar sobre ela suspeições de princípio e serve por vezes, até, a explorações oportunistas. Explorações por parte dos desordeiros e dos marginais que a «neutralizam» com a chantagem das indentificações da polícia de agora com a do fascismo. Explorações por parte de alguns elementos da P. S. P. que, outrora arrogantes e provocadores, esperam toda e qualquer oportunidade para descarregar os seus recalcamientos e retomar a força antiga.

Durante quase meio século a corporação dos Maltezes e dos Maia Loureiros patrulhou as cidades e as vilas como «casse-tête» do medo, foi corrupta e animalesca, fez-se mafia, cão fascista. Nesse período negro, o dr. Mário Soares e outros advogados que ocupam lugar de relevo na política depois do 25 de Abril, tomaram em tribunal a defesa de civis e de militares ultrajados e até assassinados por agentes de segurança pública em plena ordem salazarista. Viram como o aparelho judicial cobria esses desmandos e a impotência de quem ousava protestá-los.

Portanto, há ainda marcas, sulcos de «casse-tête», na memória dos cidadãos ao serem surpreendidos numa acção policial mais violenta, por irrecusável que ela seja face a circunstâncias excepcionais. Receiam legitimamente que a excepção se repita e se faça norma, que o instinto do passado se insinue no presente. E não lhes custa a crer que certa passividade ou certa indiferença manifestadas por alguns elementos (até de base) da P. S. P. durante os primeiros meses da Democracia eram, não apenas a resultante da imagem culposa



Continuação da pág. 1

da corporação ou de carência de autoridade em fase de readaptação mas a intencional atitude de resistência de quem, deixando que a desordem alastre pretende que lhe sejam permitidos os velhos e saudosos métodos para repor a paz.

Num exercício tão ingrato e difícil como o da ordem pública, os agentes da P. S. P. sofrem, em emergência de conflito, o desejo das incompreensões e da animosidade popular. A nova mentalização que se lhes torna indispensável na sua integração em Democracia talvez requeira um aprofundamento de reestruturação e de saneamento, mas exige um esforço colectivo com vistas à promoção de um clima de confiança e de responsabilidade. Em vinte meses não se apagam radicalmente os vícios de dezenas de anos de tradição, é certo — mas se, perante a rixa de rua, perante o incêndio e o saque político praticados pelas direitas a P. S. P. se mantém ineficaz, e se em contrapartida a sua intervenção numa contestação de esquerda se faz rápida e violenta então há ilações naturais que não se podem descurar.

Isto, se é que houve realmente delito no caso dos trabalhadores do Porto, o que interessa desde já apurar. Clara e urgentemente.